

O patrimônio cultural nos livros didáticos de História: Coleção História, sociedade & cidadania

Lucília Santos
Siqueira

Professora Associada da Unifesp, leciona “História, Memória e Patrimônio” no Curso de graduação de História.

Thainá Simão
Graduada em História pela Unifesp.

Recebido: 06/07/2021

Aprovado: 09/09/2021

RESUMO

Este artigo analisa a inserção do patrimônio cultural em livros didáticos de História, na coleção História, sociedade & cidadania, de Alfredo Boulos Júnior (FTD), destinada ao Ensino Fundamental II e distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014. Busca compreender como se deu a recorrência do patrimônio cultural em cada livro da coleção, quais bens estão representados, de quais regiões são oriundos e a partir de quais abordagens deu-se sua apresentação. Desse modo, pretende chegar ao entendimento de quais critérios orientaram a seleção e o uso desses bens culturais no ensino de História: como referências culturais de um grupo, como exemplares de identidade nacional ou como obras excepcionais.

PALAVRAS-CHAVE:

patrimônio cultural; livro didático de História; ensino de História.

INTRODUÇÃO

Inserido no contexto de valorização das discussões em torno do patrimônio cultural para além das instituições de preservação e meio acadêmico, o presente artigo analisa como se dá a inserção dos assuntos e objetos do patrimônio cultural na coleção de livro didático *História, sociedade & cidadania*, de autoria de Alfredo Boulos Júnior, produzida pela Editora FTD S.A para o Ensino Fundamental II e distribuída pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) de 2014.¹

A noção de patrimônio não permanece a mesma ao longo da história. De maneira geral, caminhou de um caráter mais nacional, formado por um conjunto de bens culturais monumentais que consagravam a memória das elites, para adquirir um caráter mais amplo e diversificado, formado por bens culturais que se constituem em referência para grupos distintos e que são de natureza variada; atualmente, o que convencionalmente chamamos de patrimônio é um conjunto de bens que está sob proteção – frequentemente, por legislação oficial – e que comporta, entre outros: vestígios arqueológicos, edificações, rituais, manchas urbanas, manifestações artísticas, documentos, conhecimentos tradicionais, coleções de artefatos musealizados.

Assim, o patrimônio cultural aqui analisado se restringe ao conjunto dos bens sob proteção oficial, seja em nível municipal, estadual, federal, ou internacional, por meio da Unesco. Há o patrimônio material, que é protegido pelo tombamento e identificado por meio de edificações, conjuntos arquitetônicos, centros históricos, sítios arqueológicos, bens móveis e integrados,² etc. Há o patrimônio imaterial, que designa saberes, ofícios, celebrações e também lugares que abrigam práticas culturais coletivas, como mercados, feiras e santuários, protegidos pelo instrumento de registro. Há o patrimônio natural, que diz respeito às áreas de diversidade biológica e da paisagem, protegidos por mais de um tipo instrumento jurídico.³ Optou-se neste texto, ainda, por tomar os bens culturais protegidos não somente pelos mecanismos de tombamento e registro, estendendo o olhar à cultura material musealizada, de modo a investigar a incidência do patrimônio

1 As informações aqui apresentadas dizem respeito apenas à 3ª edição da coleção *História, sociedade & cidadania*; podendo, portanto, haver edições mais atualizadas que apresentem reformulações.

2 O termo bens móveis e integrados diz respeito à categoria de objetos que integram imóveis tombados, mas que não se enquadram na arquitetura. Bens móveis são “os objetos de arte ou de ofícios tradicionais, ou simplesmente utensílios domésticos ou religiosos que, como o nome diz, podem ser retirados e transportados com facilidade por não estar fixados ou fazer parte indivisível do imóvel tombado” e bens integrados são “tudo que fixado na arquitetura integre o monumento, sem que possa ser retirado sem dano ao imóvel ou criando lacuna”. IPHAN, *Bens Móveis e Integrados*, <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1299#:~:text=O%20que%20se%20convencionou%20denominar,parte%20indivis%C3%ADvel%20do%20im%C3%B3vel%20tombado>, acesso em 27/02/2021.

3 Este conjunto é raramente assunto das aulas de História, visto que os seus bens estão mais afeitos ao tratamento da Geografia ou de outras ciências naturais.

cultural em sua pluralidade.⁴

O objetivo central de tal análise é examinar como o patrimônio cultural é inserido e distribuído ao longo de cada um dos quatro volumes que compõem essa coleção da FTD, verificar se existe um padrão de ocorrência do patrimônio na estrutura do livro didático, apreender a relação estabelecida entre o patrimônio cultural e os conteúdos disciplinares de História e se há variações de abordagem ao longo dos volumes, de acordo com cada ano do Fundamental II. Para compreender em sua complexidade o objeto livro didático que, ao mesmo tempo, é fonte desta pesquisa, buscaram-se referências teóricas no campo da história e também do ensino de História, mas cabe ressaltar que a presente investigação partiu de um olhar marcadamente histórico e balizado pelos estudos do campo do patrimônio cultural.

Dessa maneira, procura-se entender se há diferenciação ou preferência entre as diferentes tipologias de patrimônio - edificações ou celebrações, por exemplo - no tratamento de determinados temas, bem como de quais regiões e grupos são oriundos os bens culturais apresentados. Assim, acredita-se possível delinear as principais concepções de patrimônio cultural presentes na coleção: se como referências culturais, se sinais da identidade nacional, se obras de excepcional valor estético etc.; além de investigar como se tecem as relações entre passado e presente no texto e nas imagens apresentadas.

Parte-se do pressuposto de que na medida em que se busca compreender a origem dos bens patrimonializados e o modo como passaram a ser relevantes a ponto de se tornarem patrimônio, quando se atenta para a forma como se apresentam à sociedade na atualidade, através de suas especificidades físicas - formas, materiais, cores etc., e dos graus de ressonância junto à população - seja a local, regional, nacional e até mundial -, se torna possível dimensionar como as pessoas entram em contato com seu passado e, especialmente, com os vestígios de outros grupos.⁵ Assim sendo, entende-se que o patrimônio cultural no ensino de História é capaz de contribuir para uma reflexão sobre o tempo e suas apreensões, sobre a forma como as sociedades lembram e contam seu passado, de modo a subsidiar também um debate caro ao exercício da cidadania, sobre quais remanescentes devem ser levados adiante ou não, o que e por que merece ser preservado.

4 Mais tipologias de bens e outras categorias do campo do patrimônio podem ser consultadas em: Bettina Grieco, Luciano Teixeira e Analucia Thompson (Orgs.), *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*, 2. ed. rev. Ampl, Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016 e Aline Carvalho e Cristina Meneguello, *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

5 Ver Lucília Santos Siqueira, “Educação Patrimonial e Ensino de História nas áreas metropolitanas: reflexões baseadas na formação de professores de História em Guarulhos (SP)”, *Revista História Hoje*, v. 8, n° 15, 2019, p. 302-325.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

O processo de constituição do patrimônio cultural e a consolidação do livro didático enquanto um suporte para o ensino escolar possuem aspectos comuns. Tanto os primeiros sentidos atribuídos ao patrimônio como a prática do ensino que envolva o uso de um suporte com finalidades pedagógicas possuem raízes antigas na cultura ocidental, mas é entre os séculos XVIII e XIX que ambos convergem para alcançar um espaço hegemônico nas sociedades.

Segundo Dominique Poulot, os sentidos de propriedade e de herança familiar são uns dos mais antigos enunciados pelo patrimônio, o que lhe confere um estatuto privilegiado e o distingue dos demais objetos do cotidiano. A concepção de herança funciona como a pedra angular da constituição do Estado-Nação e da noção de soberania na modernidade.⁶ Como aponta Márcia D'Alessio, as intensas e rápidas transformações no espaço e nas relações sociais decorrentes dos efeitos da industrialização e dos processos de formação e consolidação dos estados nacionais na Europa foram fundamentais para a construção de uma *mentalidade preservacionista* pautada na ideia burguesa de *bem geral*, aspectos determinantes para uma nova ideia de patrimônio e prática de preservação.⁷

No Brasil, derivam das primeiras décadas do século XX as políticas públicas acerca do patrimônio cultural nacional. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – tornado instituto na década de 1970, portanto IPHAN – e do instrumento de tombamento por meio do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, são o marco inicial da política de patrimônio no país. Esse momento é marcado pela valorização dos bens nacionais de excepcional valor histórico e artístico, entendidos como aqueles ligados aos grandes acontecimentos e que expressavam elementos singulares em sua forma, conforme expresso no artigo primeiro do decreto-lei:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁸

6 Dominique Poulot, *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

7 Márcia Barbosa Mansor D'Alessio, "Metamorfoses do Patrimônio: o papel do historiador", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, 2012, p. 79-90.

8 Brasil, *Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm, acesso em 27/02/2021.

Esse início das políticas de preservação no país é conhecido pela atuação longeva de Rodrigo de Melo Franco de Andrade à frente do então SPHAN, de 1937 até 1967, apoiado por figuras importantes do cenário intelectual, como Mario de Andrade, Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade; tal fase ficou conhecida como “heroica” pela grande quantidade de tombamentos realizados com tão poucos recursos disponíveis. O momento inicial coincide com a política nacionalista de Getúlio Vargas, que buscava unificar a ideia de nação não por suas particularidades e regionalismos, mas na coesão em torno de um passado comum. No patrimônio, tal projeto se efetivava pela valorização do *barroco* e do *moderno*, casando, assim, um passado que nos ligava à civilização ocidental e uma produção arquitetônica capaz de destacar a universalidade da arte e da cultura nacionais.⁹

O segundo grande marco na política em torno do patrimônio cultural no Brasil e que marca a segunda fase da atuação do IPHAN se deu a partir dos debates acerca da ampliação da noção de patrimônio na década de 1970, incorporados pela Constituição Federal de 1988. A “constituição cidadã” sedimentou como patrimônio uma gama mais diversa de bens a serem reconhecidos, abrindo espaço para o reconhecimento de manifestações oriundas de grupos sociais não privilegiados, contendo:

- I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.¹⁰

Mesmo que ampliadas as noções de patrimônio, Londres Fonseca mostra como nas últimas décadas do século XX os instrumentos de acautelamento permaneciam atrelados ao tombamento, revelando assim uma compreensão ainda restrita de preservação que se mantinha na política brasileira por mais de 60 anos, desde a publicação do Decreto-lei em 1937. Resultantes dessa restrição, as políticas de patrimônio eram conservadoras e elitistas, privilegiando as classes dominantes tributárias da tradição europeia.¹¹ A crítica ao eurocentrismo veio não só de instâncias internacionais, como a Unesco, mas também de grupos da sociedade brasileira cada vez mais desejosos de que suas referências culturais e suas trajetórias figurassem na história nacional.

9 Márcia Chuva, “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”, *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 4, p. 313-333, 2003.

10 Brasil, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 27/02/2021.

11 Maria Cecília Londres Fonseca, “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”, *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003, p. 61-62.

A insuficiência do tombamento veio a ser sanada pouco mais de 10 anos depois da Carta Magna de 1988, com a publicação do Decreto 3.551 de 2000 e complementado em 2006 pela ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco, realizada em 2003, tornando o Brasil signatário e imbuído de deveres para com o patrimônio cultural. O decreto 3.551, abrindo o novo século de políticas de memória no país e uma terceira fase na atuação dos órgãos públicos, instituiu o registro dos bens de natureza imaterial, conferindo um estatuto próprio para esses bens, dividindo-os nas seguintes categorias:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.¹²

Por sua vez, os livros didáticos de História, ao longo dos séculos XIX e XX, também colaboravam para a legitimação do estado-nação, veiculando um discurso marcadamente patriótico e nacionalista. Os estudos de Circe Bittencourt mostram como, durante o período monárquico, o ensino de História esteve presente nas escolas primárias - conhecidas como elementares ou de “primeiras letras” - com o objetivo de veicular uma “história nacional” e usado como instrumento pedagógico para a construção de uma “identidade nacional”.¹³ Associada aos exercícios de leitura, a História buscava inculcar no escolarizando os deveres para com a pátria e os governantes, no que configurava uma formação pautada em princípios morais e cívicos. Já com o advento da República e o conseqüente aumento de trabalhadores livres e de classes sociais baixas, somava-se a esses princípios a tentativa de forjar também um passado único e homogêneo para a Nação, na qual o exercício da cidadania tornara-se sinônimo do exercício do patriotismo:

[...] a preservação da ordem, da obediência a hierarquia, de modo que a Nação pudesse chegar ao progresso, modernizando-se

12 Brasil, Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm, acesso em 27/02/2021.

13 Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Ensino de História: fundamentos e métodos*, São Paulo: Cortez editora, 2.ed, 2008.

segundo o modelo dos países europeus. O conceito de cidadania, criado com o auxílio dos estudos de História, serviria para situar cada indivíduo em seu lugar na sociedade.¹⁴

No ensino secundário, voltado para a formação das elites – sendo o Colégio Pedro II criado pelo governo imperial em 1837 o maior exemplo – a disciplina de História, além de pautada em uma concepção nacionalista, somava-se a um ideário civilizatório e universalizante. A história nacional iniciava-se em Portugal, com as expansões marítimas e descoberta do Brasil, e terminava com a Independência e o período monárquico, representativos do surgimento da grande nação. A História Nacional apenas deixaria de ser um apêndice da História da Civilização com as reformas do então ministro da educação em 1942, Gustavo Capanema, trazendo maior presença da História do Brasil e certa inserção da História da América.

Outro marco importante apresentado pela autora diz respeito às adequações do ensino de História às ambições do setor econômico e desenvolvimentista a partir da década de 1960. De modo a se prestar ao desenvolvimento industrial e tecnológico, o ensino de História foi reorganizado frente ao crescimento do alunato, sendo dividido já no regime militar entre ginásio –primeiro grau – e colegial –segundo grau – como um curso profissionalizante. Além disso, a disciplina de História, juntamente com a de Geografia, foi sintetizada em Estudos Sociais e passou a disputar espaço com os conteúdos de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, somente voltando a figurar como disciplina independente em 1986.

Como mostra o seminal trabalho de Circe Bittencourt, é intrínseca a relação do ensino de História com o poder estabelecido do Estado e um sistema educacional institucionalizado que, de acordo com o ideário liberal, pautava suas concepções educacionais nos conceitos de cidadania e de nação.

Embora apresentem traços comuns, o patrimônio e o ensino de História só foram se encontrar efetivamente nos livros didáticos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados pelo MEC em 1996. Nesse sentido, Martha Abreu mostra como o lançamento do decreto 3.551 e os debates realizados em torno dos PCNs apresentam uma convergência nas problemáticas patrimonial e educacional, indicando o papel do patrimônio como condutor das discussões não só sobre diversidade cultural, mas também como elemento central da brasilidade e identidade nacional.¹⁵

De todo modo, é fato que o campo do patrimônio vem se consolidando no

14 Bittencourt, *Ensino de História*, p. 64.

15 Martha Abreu, “Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional”, *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351-370.

vocabulário do ensino escolar, tornando a análise de sua presença nos manuais escolares de suma importância.

A RECORRÊNCIA DO PATRIMÔNIO NA COLEÇÃO HISTÓRIA, SOCIEDADE & CIDADANIA

A opção pela coleção *História, sociedade & cidadania*, ainda em circulação quando iniciado este estudo, não foi ao acaso. Apesar de já analisada nos estudos históricos e pedagógicos,¹⁶ notou-se uma lacuna de investigações com relação à presença da temática do patrimônio cultural nesta que foi a coleção de maior vendagem no PNL D de 2014 e, conseqüentemente, de larga presença nos ambientes escolares brasileiros.¹⁷ Além disso, a coleção se insere na longa tradição da Editora FTD dentre as editoras de didáticos no Brasil. A trajetória da FTD se iniciou na segunda metade do século XIX, na França, com o Instituto Marista, antes nomeado Pequenos Irmãos de Maria. Inicialmente dedicado ao Ensino de História da França, de gramática e religião, passou nas décadas seguintes a produzir livros de outras disciplinas, no que veio a formar a *Coleção FTD*, sigla registrada como marca comercial da editora na França, em 1890. Já no início do século XX, a editora expandiu sua produção para diversos outros países, sendo no ano de 1902 sua primeira publicação no Brasil.¹⁸

Como apresenta Célia Cassiano, somente após o ano de 1930 os livros da FTD usados no Brasil passaram a ser impressos e distribuídos por editoras locais, e não mais produzidos na França e difundidos pelos próprios maristas. Na década de 1960, a então *Coleção FTD* se tornou Editora FTD, obtendo direitos de edição e distribuição no Brasil. Cassiano destaca a presença da Editora FTD entre o concentrado grupo de editoras que aparecem de forma constante no Programa Nacional do Livro Didático desde o final da década de 1990, configurando-a como uma das principais editoras de

16 Ver Maria de Fátima B. da Silva, “Livro didático de História: representações do ‘índio’ e contribuições para a alteridade”, *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 151-168, 2012; Ana Maria Marques e Ana Carolina do Nascimento Albuquerque, “Mulheres e a história aprendida nos livros didáticos: análise de coleções didáticas”, *Fronteiras*, v. 22, n. 39, p. 124-144, 2020; Ana Paula Squinelo, “Concepções historiográficas e ensino de história: a Guerra do Paraguai nas coleções didáticas Projeto Radix: História e História, Sociedade & Cidadania Graduada em História pela Unifesp. (PNLD 2014)”, *Diálogos*, 19(3), 1121-1139, 2016.

17 A partir dos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre as coleções mais distribuídas por componente curricular de História no PNL D de 2014, a editora FTD vendeu mais de 3,3 milhões de cópias da coleção *História, sociedade & cidadania*. O número apresentado inclui os Manuais do Professor, que não são objeto de análise na presente pesquisa, mas ajudam a construir um panorama geral da presença da editora FTD e da coleção no PNL D de 2014. FNDE. *Dados estatísticos PNL D 2014*, <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>, acesso em 11/01/2021.

18 FTD, *A História*, <https://ftd.com.br/a-ftd/a-historia/>, acesso em 11/01/2021.

livros didáticos no país.¹⁹

Nesta pesquisa foram analisadas 447 incidências de bens patrimonializados ao longo dos quatro volumes que integram a coleção (**Gráfico 1**). Desse montante, 163, pouco mais de um terço, foram de bens localizados no território brasileiro ou guardados em instituições nacionais, ambos provenientes em maior número das regiões Sudeste e Nordeste (**Gráfico 2**).

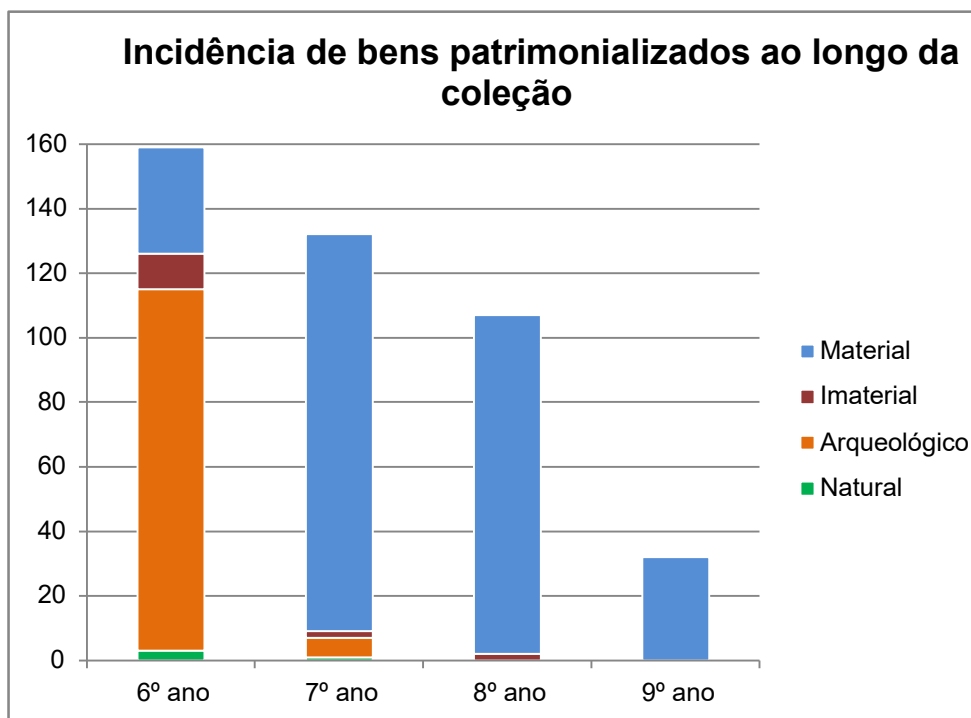
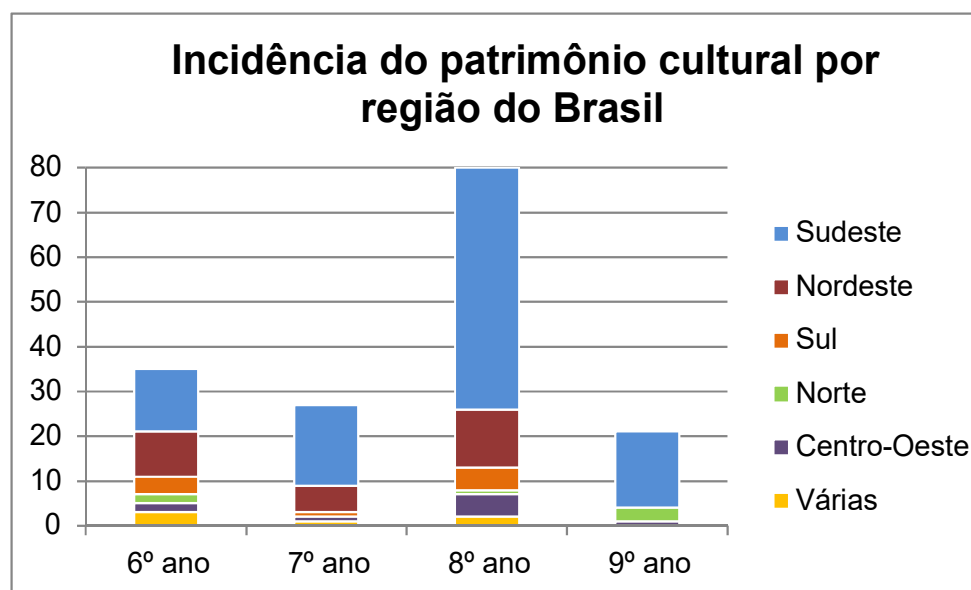


Gráfico 1: Incidência de bens patrimonializados na coleção *História, sociedade & cidadania*. 3.ed., São Paulo: FTD, 2015.



19 Célia Cristina de Figueiredo Cassiano, "Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais", *Em Questão*, v. 11, n. 2, 2005, p. 287-290.

Gráfico 2: Incidência de bens patrimonializados por região do Brasil na coleção *História, sociedade & cidadania*. 3.ed., São Paulo: FTD, 2015.

No livro do 6º ano o patrimônio cultural que mais aparece é o arqueológico, seguido do material e, em menor medida, do patrimônio imaterial e natural. Além dos sítios arqueológicos e das ruínas, é nos objetos musealizados que os bens dedicados a informar sobre a história antiga mais incidem em número e diversidade. É interessante perceber que é na temática cronologicamente mais longínqua que o recurso visual dos bens patrimonializados aparece em maior número, indicando de início uma potencialidade imagética desses bens para aproximar o período estudado da realidade atual do estudante, tornando mais “próxima” e “concreta” a antiguidade.

Dentre as edificações, houve predomínio de museus, representados às vezes por seus prédios e às vezes por seu acervo, como o Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato (PI), conhecido por seus artefatos oriundos da pré-história. Entre os bens móveis e integrados, houve predomínio de esculturas, das quais são exemplos quatro grandes obras de Aleijadinho no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG): Jesus e os doze apóstolos, Cristo a caminho do Calvário e os profetas Amós e Isaías. Tais obras são importantes exemplos de bens de excepcional valor histórico e estético, já que Aleijadinho é considerado um gênio do barroco brasileiro e suas obras são representativas do período colonial e do nacional, inscritas no Livro do Tombo de Belas Artes pelo Iphan em 1939, ou seja, um dos primeiros bens reconhecidos e protegidos nacionalmente.

Ainda no livro do 6º ano o patrimônio imaterial aparece com uma distribuição entre Celebrações, que apresenta o Círio de Nazaré, Belém (PA), o Frevo, Recife (PE) e o Tambor de Crioula do Maranhão; entre os Saberes, apareceu o Processo de Fabricação do Queijo Minas e o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES); já entre os Modos de Fazer, teve o Ofício das Bonecas Carajás (GO/TO). Por fim, entre as Formas de Expressão, a Roda de Capoeira (múltiplos estados) e o Frevo (PE).

De início, podemos notar a relação existente entre o conteúdo histórico tratado no livro e a maior incidência de determinada tipologia de patrimônio. Os bens arqueológicos apresentados estão em consonância com a temática de história antiga tratada ao longo de todo o livro, conteúdo precípua do 6º ano do Fundamental II.

Nesse volume do 6º ano foi apresentada a maior quantidade de bens patrimonializados da coleção, a maior pluralidade e também uma abordagem diretamente patrimonial em vários deles, ou seja, houve a identificação do bem enquanto patrimônio e foram veiculadas informações e questões específicas desse campo. Poderíamos pensar que isso se deu em virtude de o conteúdo ser de história antiga, onde os bens arqueológicos evidentemente são mais recorrentes como fonte de conhecimento do passado.

Por ser o volume que abre a coleção, o tema do patrimônio foi usado para introduzir questões basilares do ensino de História, como o que são fontes históricas, o que é cultura e questões relativas ao tempo - sua passagem e ritmo, formas de medição e diferentes concepções. Exemplo disso ocorre na abertura da primeira unidade “História e fontes históricas”, com a seguinte questão: “O que a história estuda?” (**Figura 1**). Como resposta, o capítulo define os processos de mudanças e permanências como foco do estudo histórico, usando como exemplificação “as construções presentes em algumas cidades brasileiras, como em Ouro Preto, São Luís, Olinda, Goiás e Salvador”.²⁰



Figura 1: Alfredo Boulos Júnior, *História, sociedade & cidadania*, 6ºano, 3.ed., São Paulo: FTD, 2015, p. 13.

Areladas a esse texto de abertura são apresentadas duas imagens de conjuntos urbanos: os centros históricos de Salvador e de Goiás, onde o eixo central leva para a Igreja Nossa Senhora do Rosário (GO) e para a Igreja do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo (BA). A legenda indica o reconhecimento de 19 sítios brasileiros pela Organização das Nações Unidas (Unesco) como Patrimônio Mundial, dentre os quais

²⁰ Alfredo Boulos Junior, “História, sociedade & cidadania”, 6ºano, 3.ed., São Paulo: FTD, 2015, p. 13.

estão os centros históricos citados.

A referência aos centros históricos de Goiás e Salvador é a primeira a explicitar uma abordagem propriamente patrimonial, na medida em que se evidencia na legenda da imagem a condição dos bens como integrantes do Patrimônio Cultural Mundial. Essa primeira apropriação do patrimônio cultural é emblemática na medida em que representa o passado pela materialidade das edificações e da cidade, preferência que se mantém em todos os volumes da coleção, e também por sua relevância em âmbito internacional, por meio da Unesco.

Ainda que essa abordagem proporcione um entendimento menos abstrato acerca da passagem do tempo, permitindo apresentar vestígios do passado como algo concreto e visível no presente, o faz através da ótica das grandes construções. A introdução da temática do patrimônio por meio dos centros históricos explicita uma preferência pelo patrimônio já consagrado, valorizado desde a primeira metade do século XX e representativo do passado colonial e do Oitocentos, em detrimento de edificações mais recentes, mais singelas, relacionadas a grupos sociais menos privilegiados.

Outro ponto interessante diz respeito à miríade na qual a compreensão do passado se torna possível: a questão da continuidade e das rupturas. As edificações são apresentadas como o resultado daquilo que “[...] mesmo com o passar dos anos não mudou ou mudou pouco”.²¹ Nesta abordagem, a noção de patrimônio cultural é construída a partir da permanência, o que acaba por homogeneizar os processos de constituição e transformação ao longo do tempo. Quando as imagens são mobilizadas isso fica mais evidente, já que a sede da antiga igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no centro histórico de Goiás, construída em 1761, foi demolida e reconstruída em novo estilo nas primeiras décadas do século XX.

A falta de informações básicas sobre as edificações, como a datação de sua construção, os agentes interessados em seu reconhecimento como patrimônio nacional e depois internacional, fazem com que o contraste das diferentes temporalidades presentes na cidade seja atenuado, sem falar no fato de que se naturaliza o que é patrimônio, como o que é importante o suficiente para permanecer na paisagem.

Ainda no mesmo volume, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o mecanismo de tombamento são apresentados. O instrumento do tombamento é apresentado enquanto um “ato administrativo realizado pelo poder público, nos níveis federal, estadual e municipal, visando preservar um bem cultural e impedir a sua destruição ou descaracterização”.²² Sob o título de “Patrimônio cultural: conhecer para preservar”, o órgão federal é tido como um guardião dos bens culturais sob risco de desaparecimento, sem que mais informações sejam apresentadas e que seja

21 Boulos Junior, “História, sociedade & cidadania”, 6ºano, p. 13.

22 Boulos Junior, “História, sociedade & cidadania”, 6º ano, p. 33.

problematizada a importância de se manter presentes alguns remanescentes do passado.

Mesmo aparecendo em três dos quatro livros que compõem a coleção, o registro, por mais que citado, não é explicado em nenhum dos volumes. Nota-se uma falta de informações acerca do instrumento de reconhecimento próprio do patrimônio imaterial e do porquê da existência de formas distintas de lidar com os bens acautelados pelo Estado. O desconhecimento da equipe autoral e editorial sobre o jargão próprio do patrimônio fica evidente quando o tombamento e o registro são confundidos, ignorando, assim, a considerável distância temporal, contextos e problemáticas distintas entre ambos.

No capítulo 3, “Os primeiros povoadores da Terra”, são apresentados dois conjuntos imagéticos: o primeiro com pontas de lança e vasos pintados de cerâmica, e ao final da página, uma fotografia do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES) (**Figura 2**). A legenda que identifica a imagem apresenta a seguinte informação: “Artesã pertencente à Associação das Paneleiras de Goiabeiras fabricando uma panela de barro em Vitória (ES), 2011. O saber envolvido na produção de panelas de barro **foi tombado como patrimônio imaterial** do Brasil, em 2002, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)”.²³



Figura 2: Alfredo Boulos Júnior, *História, sociedade & cidadania*, 6ºano, 3.ed., São Paulo: FTD, 2015, p. 61.

Essa confusão entre as atribuições do tombamento e do registro – o primeiro destinado ao reconhecimento e à preservação de bens de natureza material e o segundo aos de imaterial – está longe de ser meramente burocrático, expressa desconhecimento acerca de informações básicas dos bens patrimonializados veiculados pela coleção, fato que passou despercebido por toda uma equipe de profissionais envolvidos na produção e revisão do livro didático. Além disso, mesmo quando há uma abordagem patrimonial – com a identificação do bem como patrimônio nacional e/ou mundial, a data de seu reconhecimento e o órgão por ele responsável –, o processo de fabricação da panela

²³ Idem, *ibidem*, p. 61 (grifo nosso).

de barro é apresentado de forma genérica. Tem-se aqui somente a visão da mão que produz a panela, mas sem que se informe acerca do processo de fabricação artesanal do qual o ofício faz parte e, principalmente, acerca do sujeito que o fabrica.

No livro destinado ao 7º ano, dedicado à história medieval europeia e sua transição para os tempos modernos e a conquista da América e do Brasil, o patrimônio material é o de maior incidência, com uso pontual de bens imateriais, arqueológicos e naturais. A maior parte dos bens utilizados neste volume são objetos musealizados na forma de pinturas. Aqui é possível enxergar uma gama de obras famosas, como: *O nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, *Mona Lisa* e *A Última Ceia*, de Leonardo da Vinci, *Fundação de São Vicente*, de Benedito Calixto e duas representações da *Primeira Missa no Brasil*, de Candido Portinari e Victor Meirelles. Principalmente as esculturas aparecem entre os bens móveis e integrados, a exemplo da *Pietà* de Michelangelo; os monumentos, como o *Padrão dos Descobrimentos*, em Portugal e estátuas, como a do *Cristo Redentor*, no Rio de Janeiro.

As edificações, por sua vez, não são tão recorrentes nesse volume como no anterior. No entanto, é possível identificar um padrão de monumentalidade para todo o 7º ano, uma vez que os bens apresentados são obras de grande impacto representativas do período do Renascimento, sendo um bom exemplo a Basílica de São Pedro, situada no Vaticano. Por fim, o patrimônio imaterial aparece timidamente representado por uma Celebração, a Festa do Divino Espírito Santo, de Pirenópolis (GO), e uma Forma de Expressão, com o Jongo do Sudeste.²⁴

Nesse volume do 7º ano encontram-se ainda exemplos de como o patrimônio cultural é usado como disparador para pensar aspectos do passado que estão presentes na contemporaneidade. Na abertura do Capítulo 1: “Os Francos”, da Unidade 1: “Diversidade e discriminação religiosa”, tem-se o uso da Cavalhada, identificada pela lenda como “Aspecto que integra a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Goiás, 2007”;²⁵ e no capítulo 4: “Povos e Culturas africanas: malineses, bantos e iorubás”, tem-se a seção “Para saber mais”, que apresenta o Jongo, informando sobre seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN.

Os dois exemplos citados podem ser vistos sob as noções de residualidade e remanescência propostas por Newton Pereira e Fernando Seffner para lidar com a ideia de passado vivo e das questões sensíveis que se colocam para o Ensino de História.²⁶ O ponto central que interessa ao ensino de história e à educação para o patrimônio é a compreensão de que mesmo sendo remanescentes, os bens culturais diferenciam-se

24 É preciso esclarecer que os bens culturais não são apresentados pelo livro didático como pertencentes a tais categorias e tipologias de patrimônio, tendo sido atribuídas pela autora para fim de análise da coleção.

25 Boulos Junior, “História, sociedade & cidadania”, 7º ano, p. 12.

26 Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, “Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis”, *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, 2018, p. 14-33.

do que foram no passado e ganham novas nuances com o passar do tempo. Tanto o Jongo quanto as Cavalhadas podem ser compreendidos como resíduo que remanesce do passado, que se liga às experiências de outros povos, mas que também faz parte da atual realidade brasileira de alguma forma.

No caso do Jongo, no entanto, optou-se por não tratar de suas variações e ressignificações ao longo do tempo, ou do entendimento do que é o Jongo pelos próprios jongueiros hoje. Ele é apresentado mais pelas suas raízes africanas, como “a herança cultural dos povos bantos”,²⁷ do que como expressão cultural mantida viva pelos seus descendentes a partir de outras motivações e transformações no interior de sua prática. Aos estudantes pode ficar a impressão de que o Jongo e a Cavalhada são manifestações de grupos que se encontram descolados do presente, expressões de como ainda há grupos “atrasados”, mais próximos do período medieval do que dos progressos da atualidade, o que é justamente o oposto do que a patrimonialização do imaterial pretende. Já a Cavalhada, por ser tratada na abertura da unidade, serve como uma antessala para o conteúdo seguinte, perdendo seu potencial de causar estranhamento devido à ausência de uma narrativa que a contextualize; deixando, assim, de se insinuar como um exercício de alteridade ao apresentar algo que mesmo distante culturalmente ainda é relevante para se conhecer.

Outro ponto extraído dos dois exemplos - Jongo e Cavalhada - é a questão da diversidade cultural, abordagem que acompanha toda a coleção, uma vez que é uma das diretrizes dos PCNs. O patrimônio cultural aparece como vetor da pluralidade cultural, destinado a apresentar diferentes culturas e modos de vida. No entanto, é problemático apresentar o patrimônio enquanto expressão da diversidade cultural brasileira ou como um reflexo dela, já que no acervo de bens que foram patrimonializados no país não estão representadas todas as referências culturais regionais e locais, mas sim uma pequena seleção das mesmas. Nesse sentido, a diversidade cultural brasileira abrange muitas outras manifestações, materiais ou imateriais, que acabam por ficar de fora do processo burocrático que leva ao reconhecimento público, mas que igualmente compõem a identidade e história de variados grupos, constituindo-se em referências para os mesmos.

No Brasil, tanto os bens tombados quanto os registrados expressam um olhar privilegiado sobre as regiões Sudeste e Nordeste, uma trajetória de preservação que privilegia os passados colonial, imperial e da Primeira República. Desse modo, em nome da diversidade reitera-se a manutenção de uma “síntese apaziguadora” e não o reconhecimento de fraturas e diferenças.²⁸ Não por acaso a coleção reproduz esse padrão, apresentando mais bens patrimonializados dessas regiões, sem que se questione o porquê de tal preferência, tendo-a como natural.

27 Boulos Junior, “História, sociedade & cidadania”, 7º ano, p. 73.

28 Paulo César Garcez Marins, “Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980”, *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, n. 57, 2016, p. 26.

O patrimônio cultural selecionado para compor o livro do 8º ano – dedicado à história da colonização e à emancipação da América e do Brasil e às revoluções modernas europeias – é quase inteiramente do universo do material, com uma incidência pontual do imaterial. Nesse volume, a tendência de diminuição no uso de bens patrimonializados se mantém e o patrimônio cultural novamente aparece em larga medida representado pelos objetos musealizados, sendo as pinturas as mais utilizadas. Aqui aparecem obras emblemáticas da representação da história nacional, como o icônico quadro *Independência ou morte* (Figura 3) e os retratos de Dom Pedro I e II, de Pedro Américo e Simplício de Sá.



Figura 3: Alfredo Boulos Júnior. *História, sociedade & cidadania*, 8ºano. 3.ed., São Paulo: FTD, 2015, p. 172.

Nos bens móveis e integrados dominam as esculturas, como a de Raposo Tavares no *hall* de entrada do Museu Paulista e a obra de Aleijadinho na Igreja de São Francisco de Assis (MG); seguidas de monumentos, como o Arco do Triunfo, na Praça Charles de Gaulle, em Paris. Entre as edificações, a coleção apresenta distribuição uniforme entre igrejas, fortes e museus. O patrimônio imaterial, por sua vez, aparece por meio de Celebrações e Modos de Fazer, com a Capoeira e o Acarajé, respectivamente.

Como vimos, os objetos musealizados são uma incidência constante e diversificada ao longo de toda a coleção. No entanto, na obra opta-se por não inserir uma abordagem que os diferencie daqueles inseridos no dia a dia ou na vida urbana. Dessa forma, ocultam-se os processos de valoração, seleção e curadoria que fazem o objeto do museu ter um sentido próprio. Deixa-se de problematizar o potencial histórico dos objetos do museu,

ou seja, entender sua trajetória no tempo, o que inclui seus riscos de desaparecimento, as iniciativas de preservação e a memória que se deseja manter do passado.

A apresentação do Museu Paulista e do quadro de Pedro Américo são os maiores exemplos, já que para além de informar que o quadro se encontra exposto no museu indicado, não há um esclarecimento acerca da trajetória da obra até o museu, questionando, por exemplo, quem encomendou a obra? Por que mais de 60 anos depois da data da Independência era interessante produzir uma representação do período? São questões que se introduzidas poderiam contribuir para um melhor entendimento do passado a partir da cultura material musealizada.

Como ressalta Ulpiano Bezerra de Meneses, os objetos musealizados possuem grande valor elucidativo, fazendo dos museus um *recurso estratégico* para o alargamento da consciência acerca da apropriação social em torno dos objetos, tornando inteligíveis suas múltiplas significações e funções.²⁹ Além disso, para que se possa compreender o campo do patrimônio e da preservação é necessário reconhecer como são múltiplas as formas de se relacionar com o bem cultural, o que evidencia como seus significados não são intrínsecos, mas sim “[...] mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus *valores*”.³⁰

O volume do 9º ano encerra a coleção de livros didáticos para o Fundamental II e trata dos movimentos políticos, econômicos e ideológicos da história europeia, asiática, africana e brasileira nos séculos XIX e XX. Nele os bens materiais são os únicos a aparecer e confirma-se o padrão quantitativo decrescente no uso do patrimônio cultural ao longo da coleção. Permanece também a maior incidência de objetos musealizados, agora com as fotografias em maior medida. As edificações aparecem na forma de palácios e teatros, como o Teatro Amazonas, em Manaus, e o Teatro da Paz, em Belém. Por fim, entre os bens móveis e integrados, dominam os monumentos públicos urbanos.

29 Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”, *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, n. 1, 1994, p. 9-42. Podemos depreender da leitura de Meneses como lidar com museus no ensino de história contribui não só para a compreensão das camadas de tempo que se sobrepõem nos objetos, aspecto evidenciado pelo deslocamento dos objetos para o museu, mas também em relação às habilidades relacionadas ao próprio fazer histórico. Tornando documento, o objeto musealizado serve como um suporte de informação, o que torna possível fazer perguntas sobre o passado e produzir conhecimento sobre um determinado período e grupo social.

30 Meneses, “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”, IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009, p. 32.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da coleção *História, sociedade & cidadania* permitiu identificar como a incidência do patrimônio cultural obedece a diferentes critérios que delineiam sua abordagem ao longo de cada volume. A relação do patrimônio com o período e o conteúdo disciplinar de cada livro não é o único direcionador, mas é um importante indicador do papel a ser desempenhado pelos bens patrimonializados naquela parte da obra. Tanto é assim que os bens apresentam crescente diminuição em sua diversidade e quantidade na medida em que avançam os volumes da coleção e a periodização vai se tornando mais recente. Para tratar da antiguidade, uma gama variada e uma grande quantidade de bens são apresentados, já para os assuntos da contemporaneidade quase se extinguem os bens patrimonializados, o que evidencia o potencial imagético que o patrimônio desempenha, servindo para ilustrar e aproximar períodos longínquos na História. Por sua vez, em menor quantidade as fotografias tomam lugar no tratamento dos assuntos contemporâneos.

O uso do patrimônio parece dar sentido pragmático ao estudo do passado na aula de História, uma vez que a relação que se estabelece entre passado e patrimônio é delimitada por uma compreensão do presente. Ou seja, introduzem-se bens patrimonializados quando estes informam sobre a importância do passado no presente, onde ainda há bens tombados, registrados ou musealizados que resistiram à passagem do tempo. Mas quando o ensino de História fica circunscrito à contemporaneidade – como ocorre no livro do 9º ano –, o papel dos bens patrimonializados se perde, uma vez que pela proximidade temporal com o atual, não se faz mais necessário recorrer ao patrimônio para lidar com o passado.

O padrão observado ao longo da coleção expressa preferência por obras de excepcional valor histórico, arquitetônico e estético, ou seja, bens que diferem do ordinário e do simples, pertencentes a uma categoria de excelência e destaque. Dessa maneira, foi possível identificar que as políticas tradicionais de patrimônio possuem grande impacto tanto na escolha dos bens a serem representados no livro didático, quanto na forma como ali são abordados. Foram reproduzidas tendências da chamada “fase heroica” de preservação no Brasil, com predomínio dos bens materiais remanescentes do período colonial ao começo do republicano, seja na forma de grandes edificações, seja nas obras de arte. Longe da diversidade cultural pretendida, tais bens reiteram a genialidade de alguns artistas e a agência e a vivência dos grupos da elite ao longo do tempo, pois se constituem em templos católicos, casario urbano de gente abastada, prédios monumentais que, ainda que públicos, são principalmente frequentados por gente instruída e veiculadores do passado das elites, como é o caso da maioria dos museus.

A preferência da coleção por tais obras leva ao questionamento: os bens patrimonializados estão no livro para mostrar unicamente que naquele período se fizeram coisas importantes que justificam seu estudo ou se tais obras servem para mostrar a força que o passado tem no presente, porque estão na atualidade para serem visitadas. Apesar de ideias parecidas, não dizem o mesmo, uma vez que a primeira esboça o pensamento de que alguns bens são inerentemente importantes devido aos seus atributos estéticos e por isso impregnam com sua aura o período em que foram produzidos, tornando-os períodos-chave da história; já a segunda desloca o foco para o presente, mostrando como o interesse que despertam nos cidadãos hoje é um importante indicador de sua relevância e, conseqüentemente, da importância de seu estudo na aula de História.

O risco iminente de perda é também o argumento que justifica a preservação do patrimônio por toda a coleção e, conseqüentemente, delimita e distorce o papel das instituições de preservação, tornando-as guardiãs daquilo que não pode desaparecer ou se modificar. Essa retórica da preservação implica reconhecer o curso da história como um processo de “inexorável destruição”,³¹ cuja única saída se torna o exercício do lema “conhecer para preservar”, como apresenta a coleção. Dessa maneira, colabora-se para a construção de uma concepção de fixidez e inevitabilidade da História, o que acaba por naturalizar permanências e suavizar as rupturas, como se o único papel do patrimônio fosse inevitavelmente permanecer como está.

Por fim, a carência de profissionais dedicados ao estudo do patrimônio na produção dos livros didáticos parece explicar não só as discrepantes informações apresentadas para o patrimônio cultural, mas também sua falta de problematização consistente. Fica evidente como os objetos patrimonializados requerem um olhar acurado e análise específica, capazes não só de apresentar visualmente o bem cultural, mas inseri-lo na dinâmica da aula de História, ou seja, historicizando-o ao longo do tempo e pondo em evidência o campo de conflitos que o permeia, mostrando-o como parte da construção da memória social. Tomado apenas no seu contexto de origem, como vestígio de um tempo que permanece até o presente, o patrimônio não apenas perde sua potência, mas pode fazer um bom desserviço nas aulas de História.

31 José Reginaldo Santos Gonçalves, *A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996, p. 22.